



ACÓRDÃO Nº452/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 12291/2020.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Serviço de Pronto Atendimento e Policlínica Dr. José de Jesus Lins de Albuquerque - SPA JOSÉ LINS.
- 4- **Exercício:** 2019.
- 5- **Responsável:** Raimunda Gomes Pinheiro (Ordenador de Despesa), Leidiane Dutra Ferreira de Azevedo (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não Possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 3856/2020-DMP, Dra. Elizângela Lima Costa Marinho, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Alber Furtado de Oliveira Júnior.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Serviço de Pronto Atendimento e Policlínica Dr. José de Jesus Lins de Albuquerque - SPA JOSÉ LINS. Exercício de 2019.

Regularidade. Regularidade com ressalvas. Multa. Recomendação. Ciência. Arquivamento.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea "a", item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular** a Prestação de Contas da **Sra. Leidiane Dutra Ferreira de Azevedo**, Diretora do SPA José Lins, no período de 01/01 a 14/02/2019, nos termos do art. 1º, II e art. 22, inciso I c/c o art. 23 da Lei nº. 2.423/96 e o art. 188, §1º, I da Resolução nº. 04/2002;
- 10.2. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas da **Sra. Raimunda Gomes Pinheiro**, Diretora do SPA José Lins, no período de 15/02/2019 a 31/12/2019, nos termos do art. 1º, II e art. 22, inciso II c/c o art. 24 da Lei nº. 2.423/96 e o art. 188, §1º, II da Resolução nº. 04/2002;
- 10.3. **Aplicar Multa** a **Sra. Raimunda Gomes Pinheiro** no valor de **R\$ 5.000,00** (cinco mil reais) e fixar **prazo. de 30 dias** para que o responsável recolha o valor da multa, nos termos do art. 308, inciso VII, do RI-TCE/AM, c/c o art. 54, inciso VII, da LO-TCE/AM, em razão das impropriedades constantes



ACÓRDÃO Nº452/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO

no item 03, 04 e 06 do Relatório Conclusivo nº 50/2020-DICAD (fls. 276 a 296), na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código "5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE". Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

10.4. Recomendar a Sra. Raimunda Gomes Pinheiro, Diretora do SPA e Policlínica Dr. Jose de Jesus Lins de Albuquerque que providencie a imediata implantação do Portal de Transparência do SPA e Policlínica Dr. Jose de Jesus Lins de Albuquerque.

- a)** Observe e cumpra as determinações contidas na Lei Federal nº 8.666/93, quando da formalização de Contratos e Licitações;
- b)** Cumpra o que determina a Lei 4.320/64, que trata das Normas Gerais de Direito Financeiro, principalmente quanto a contratação sem prévio empenho

10.5. Dar ciência da decisão à Sra. Raimunda Gomes Pinheiro e a Sra. Leidiane Dutra Ferreira de Azevedo.

10.6. Arquivar o processo, após trânsito em julgado, nos moldes regimentais.

11- Ata: 14ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 11 de Maio de 2021.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Josué Cláudio de Souza Neto.

13.1. Auditor presente e Relator: Alber Furtado de Oliveira Júnior.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

Publicado no Diário Eletrônico do
TCE/AM,

Edição Nº _____

De ____/____/____



TRIBUNAL DE CONTAS
DIV. DE ACÓRDÃOS

Proc. Nº _____

Fls. Nº _____

Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 3

ACÓRDÃO Nº452/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO
Conselheiro-Presidente

ALBER FURTADO DE OLIVEIRA JÚNIOR
Auditor-Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral